

Educação trava o IDH nacional

Índice de Desenvolvimento
Humano ficou em 0,761,
prejudicado pela paralisia no
setor educacional. **Brasil 16**

DESENVOLVIMENTO Brasil cresceu apenas um milésimo, perdeu posições e foi para 79º

IDH travado pela educação paralisada

Agência O Globo

A paralisia nos indicadores de educação e o aprofundamento da desigualdade e da pobreza explicam a estagnação do Brasil mostrada pelo Relatório do Desenvolvimento Humano 2019, elaborado pelo Pnud com base em dados do ano passado, avaliam especialistas. Mais que isso: acendem uma luz vermelha quanto a avanços futuros nos aspectos social e econômico do País, podendo resultar em graves perdas em produtividade e inversão de tendência dos últimos anos, quando o Brasil vinha apresentando melhora nesses indicadores.

No ano passado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro – que mede a qualidade de vida nos países para além do PIB, considerando indicadores de saúde, educação e renda – ficou em 0,761, praticamente estável frente ao 0,760 de 2017. Ainda assim, o Brasil caiu uma posição no ranking dos 189 países analisados, figurando na 79ª colocação.

O economista Flavio Comim, atualmente professor nas Universidades de Ramon Llull (Barcelona) e de Cambridge, destaca que existe uma “singularidade dramática” do ponto de vista da desigualdade no Brasil. Os dados do Pnud mostram que a concentração de renda do 1%

mais rico abocanha 28,3% da renda do País, só perdendo para o Catar. Enquanto os 10% mais ricos ficam com 41,9%.

“A concentração de renda é brutal. Desde o início dos anos 2000, quase 30% da renda do país vai para esse 1%, que vai acumulando riqueza. O índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) subiu dois pontos. Significa que as classes médias estão encolhendo. Em paralelo, toda a educação está desprestigiada. Do lado humano, estamos assinando um contrato com o atraso – avalia.

O IDH ajustado à desigualdade do Brasil é de 0,574, bem abaixo do índice geral de 0,761. Para se entender o impacto do indicador, ele derruba a classificação do País no ranking geral em 23 posições, a maior queda registrada dentre os 150 países avaliados no corte que considera a desigualdade.

Caminhar para trás no fronte social, pontua o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, põe em risco as perspectivas futuras, mesmo com avanço na economia. Os avanços conquistados até o início da crise econômica, continua ele, vi-

Há décadas, Brasil aparece estagnado nos níveis educacionais entre os países da OCDE

nam colaborando para preencher uma lacuna histórica. O freio mostrado agora afasta o Brasil dessa trajetória.

“O IDH ajustado à desigualdade é uma fotografia que está mostrando um Brasil pior. O que o relatório (do Pnud) mostra agora é uma involução. E uma involução ainda maior para os mais pobres. Não estamos apenas pior na foto. É como se existisse um filme rodando para trás”, compara Neri. Entre 2014 e 2019, os 50% mais pobres no Brasil perderam 19% da renda. Enquanto a média total da população perdeu 3%. Ou seja, a recessão dos mais pobres foi seis vezes pior que a da média.

O economista e sociólogo Marcelo Medeiros, professor visitante na Universidade de Princeton (EUA), argumenta que faltou uma saída da recessão que ajudasse os mais pobres. O pouco

crescimento que o Brasil vem registrando, sublinha ele, está deixando a população de mais baixa renda para trás: “A desigualdade está se aprofundando. Nós não abrimos direito a rede de proteção social. Ao longo deste ano, a desigualdade e a pobreza seguiram aumentando. A situação, neste momento, talvez seja ainda pior que a retratada pelo índice divulgado agora, que considera dados de 2018”.

Na educação, o relatório mostra estagnação nos dois indicadores utilizados pelo relatório do IDH. O primeiro deles é o que considera o número de anos esperado que as pessoas fiquem na escola, estacionado em 15,4 desde 2016. Entre 1990 e 2015, esse dado saltou de 12,2 para 15,3. Já a média de anos de estudo, que compila os anos de estudo da população com 25 anos de idade ou mais, repetiu os 7,8 anos de 2017. Ou seja, abaixo dos nove anos de ensino fundamental, sem contar a educação infantil.

“Se a educação estagnou, é muito preocupante. Porque ela é a principal política social e econômica, com reflexos também em saúde e longevidade. Desde a democratização, o país deu um salto em educação, mas com problemas em qualidade”.

Há uma década, o Brasil aparece estagnado com os piores ní-

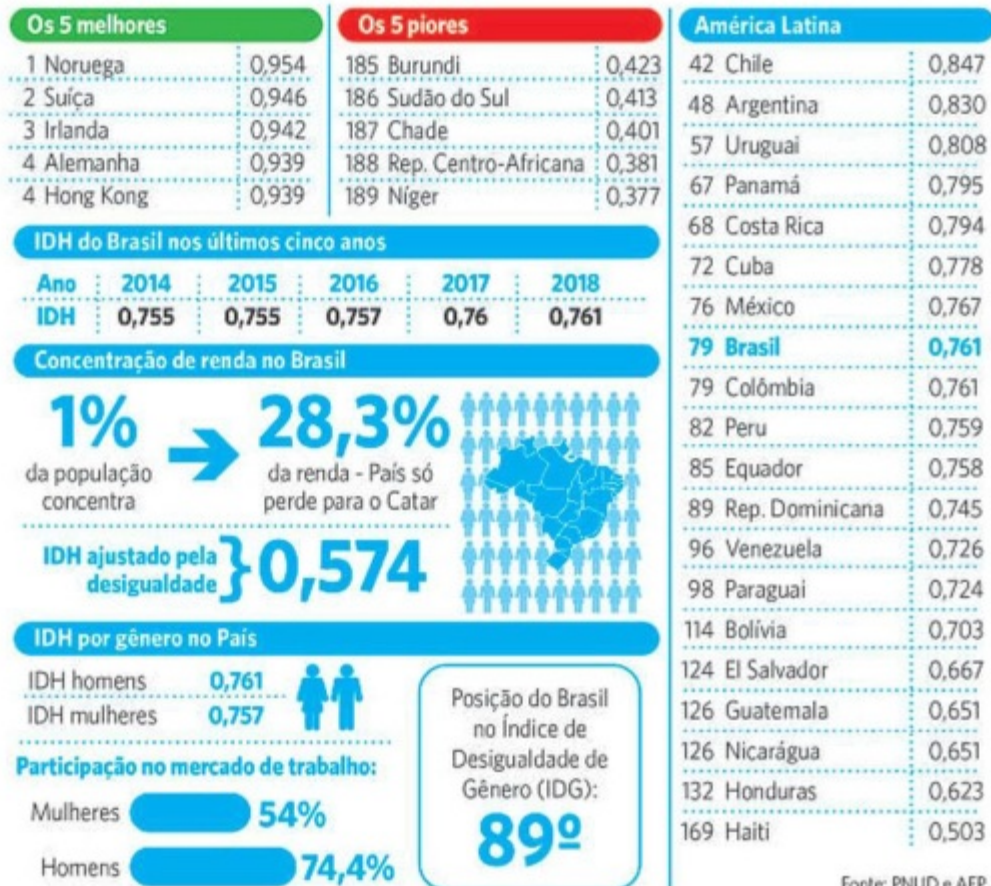
veis de aprendizado avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

GÊNERO

O relatório também analisa as desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. Se o IDH do universo masculino é de 0,761, o das mulheres é de 0,757 – quatro milésimos a menos. Por aqui, 61% das mulheres adultas chegam ao menos ao ensino médio, em comparação com 57,7% dos homens. Mesmo apresentando melhor desempenho nos quesitos educação e longevidade, as mulheres ficam atrás dos homens no que diz respeito à renda (41,5% menor que a dos homens). No mercado de trabalho, a participação feminina é de 54%, ante 74,4% dos homens.

No Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que faz parte do relatório, o Brasil ocupa a 89.^a posição entre 162 países que tiveram esse dado analisado. Foram consideradas as desigualdades em saúde reprodutiva (mortalidade materna e taxas de natalidade na adolescência); empoderamento (participação no Parlamento e escolaridade); e participação no mercado de trabalho.

Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD - 2018



Fonte: PNUD e AFP